

MODELO DE DISPUTA ABERTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

REPUBLICAÇÃO

EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

REGIDO PELA LEI Nº 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE IMBAÚ, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.613.770/0001-72, com sede na Rua Francisco Siqueira Kortz, 471, São Cristóvão, nesta cidade de Imbaú, Estado do Paraná, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **Menor Preço - Por Item**, objetivando **AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA Nº1, Nº2 E Nº3, PÓ DE PEDRA E PEDRA DE CASCALHO**, a qual será regida pela Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 44, de 06 de fevereiro de 2024, e alterações posteriores demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação e pelas condições do presente Edital, a fim de escolher a melhor proposta do seguinte objeto.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: até as **09:00** horas do dia **15 DE JUNHO DE 2026**.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às **09:30** horas do dia **15 DE JUNHO DE 2026**, horário de Brasília – DF.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Canal de Compras Brasil www.canaldecomprasbrasil.com.br, “Acesso ao Sistema”

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações, em meio magnético, mediante entrega de uma unidade de Pen drive, de segunda a sexta feira, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 horas às 17:00 horas. É necessário que ao fazer o

download do edital, seja informado o Setor de Licitações, via e-mail – cmss.licitacao@imbau.pr.gov.br ou via telefone – (42) 3127-9403/9404 a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. O Setor de Licitações não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones (42) 3127-9403/9404.

O edital e seus anexos também ficam disponíveis no site www.canaldecomprasbrasil.com.br, “Acesso ao Sistema”, podendo ser acessado por qualquer cidadão.

Compõem este Edital os Anexos:

- **ANEXO I** –ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- **ANEXO II** –TERMO DE REFERENCIA
- **ANEXO III** – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
- **ANEXO IV** – DECLARAÇÃO UNIFICADA
- **ANEXO V** – MINUTA DO CONTRATO

1 OBJETO

1.1 **OBJETO:** A presente licitação tem como objeto a **Aquisição de Pedra Britada N°1, Pedra Britada N°2, Pedra Britada N°3, Pó de Pedra e Pedra de Cascalho**, para a Secretaria Solicitante, com as características constantes do **ANEXO II** que integra o presente edital.

1.2 O valor máximo para este Pregão é de **R\$ 208.024,00 (duzentos e oito mil e vinte e quatro reais)**.

1.3 A presente licitação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, de acordo com os Artigos 6º, inciso XLI; art. 28, inciso I e art. 29, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

1.4 A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.5 **OBS.:** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Canal de Compras Brasil e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.6 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone (42) 3127-9403/9404.

1.7 O critério de julgamento adotado será: **Menor Preço- Por Item**, nos termos do Art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133 de 2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto/itens conforme segue no Termo de Referência.

2 INSERÇÃO DE DOCUMENTOS:

2.1 As empresas interessadas em participar do pregão deverão anexar na página do Canal de Compras Brasil, em local próprio para documentos, toda a documentação de habilitação, constante na habilitação e indicado na página do Canal de Compras Brasil (Os documentos com prazo de validade deverão ser atualizados):

2.2 A documentação anexada evitará a necessidade de envio da mesma por e-mail, bem como trará agilidade na verificação de habilitação das empresas vencedoras.

2.3 **IMPORTANTE:** A AUSÊNCIA de documentos no CANAL DE COMPRAS BRASIL DESCLASSIFICARÁ o Licitante.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

05.002.15.452.0004.2.050.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

05.002.15.452.0004.2.052.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

06.002.15.452.0004.2.056.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

4 PARTICIPAÇÃO

4.1 **PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO SOMENTE AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PERTENCENTES AO RAMO DE ATIVIDADE RELACIONADO AO OBJETO DA LICITAÇÃO, CONFORME DISPOSTO NOS RESPECTIVOS ATOS CONSTITUTIVOS, QUE ATENDEREM A TODAS AS EXIGÊNCIAS, INCLUSIVE QUANTO À DOCUMENTAÇÃO, CONSTANTES DESTA EDITAL E SEUS ANEXOS.**

4.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao Canal de Compras Brasil no sítio www.canalcomprasbrasil.com.br.

4.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

4.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

4.5 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas ao Canal de Compras Brasil até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.6 O credenciamento do licitante junto a Plataformadeverá ser requerido diretamente no site www.canaldecomprasbrasil.com.br, acompanhado dos seguintes documentos:

4.6.1 Instrumento particular de mandato outorgando ao representante legal poderes específicos de sua representação;

4.6.2 Contrato social atualizado;

4.6.3 Documento pessoal do representante legal;

4.7 Os licitantes interessados em participar do certame, após o seu credenciamento, deverão escolher e pagar por um plano disponível no sistema do Canal de Compras Brasil, podendo o licitante participar de licitações ilimitadas em todo o território nacional, durante o período escolhido, ficando vedada a cobrança de qualquer valor ou percentual sobre os itens eventualmente vencidos.

4.8 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da DECLARAÇÃO UNIFICADA para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate, nos termos do Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

5 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1 O certame será conduzido pela Pregoeira Municipal, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições: Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio; Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame; Abrir as propostas de preços; Analisar a aceitabilidade das propostas; Desclassificar propostas indicando os motivos; Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço; Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar; Declarar o vencedor; Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos; Elaborar a ata da sessão; Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação; Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

6 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DO CANAL DE COMPRAS BRASIL

6.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão, através do sistema,

nomear representante legal junto ao Canal de Compras Brasil, mediante a apresentação de documentos idôneos que comprovem as atribuições para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.canaldecomprasbrasil.com.br.

6.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta no sistema Canal de Compras Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu representante legal, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3 O acesso do representante legal ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.4 A chave de identificação e a senha dos representantes legais poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Canal de Compras Brasil.

6.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Canal de Compras Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7 PARTICIPAÇÃO:

7.1 A participação no **Pregão na Forma Eletrônica** se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada a data e horário limite estabelecido.

7.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

7.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível

com o objeto desta licitação.

7.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.6 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao provedor do sistema adotado pelo comprador no fone 0800 741 6103, ou através do sistema www.canaldecomprasbrasil.com.br ou pelo e-mail suporte@canaldecomprasbrasil.com.br

8 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1 Valor unitário e total do item/grupo ou percentual de desconto, conforme estabelecido no edital;

9.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações mínimas à especificação do Termo de Referência: descrição do produto ofertado com a indicação precisa da marca (quando for o caso), onde deverá contemplar no mínimo o exigido no Termo de Referência – Anexo II,

9.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

9.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5 O prazo de validade da proposta **NÃO SERÁ INFERIOR A 90 (NOVENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação, conforme prevista na Lei nº 14.133 de 2021. Caso a licitação for de registro de preços, o prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 01 ano contados da data da homologação do presente expediente, independente de menção expressa na proposta, salvo se esta ocorrer em prazo superior a 30 dias após a abertura das propostas, o que poderá ser reduzido equivalentemente.

9.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas **(Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário)**;

10 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2 O Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.2.2 **Será desclassificada a proposta com os valores superiores aos estabelecido**

pelo presente edital.

- 10.2.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 10.2.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 10.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 10.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 10.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item/grupo, conforme consta no quadro do preâmbulo do edital.
- 10.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 10.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11 MODOS DE DISPUTA – ABERTO, ABERTO E FECHADO (ART. 56 DA LEI 14.133 DE 2021)

*** Modo de disputa “aberto” (quando esta opção estiver marcada na tabela do preâmbulo deste edital)**

- 11.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 11.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 11.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 11.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 11.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício

da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.6 No modo de disputa aberto, nos termos do Art. 60 da Lei nº 14.133 de 2021, o edital prevê intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

*** Modo de disputa “aberto e fechado” (quando esta opção estiver marcada na tabela do preâmbulo deste edital)**

11.7 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.8 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.9 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.10 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.12 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13 Poderá o Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar ou de valor inferior ao já ofertado pelo licitante.

11.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

11.18 Em relação a itens/grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e alterações.

11.19 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.20 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.23 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.24 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133 de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:

11.24.1 por empresas brasileiras;

- 11.24.2 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 11.24.3 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 11.25 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 11.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 11.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.28 O Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 11.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estimado para contratação, neste Edital e em seus anexos.
- 12.1.1 No presente processo o valor estimado/referência não será de caráter sigiloso.
- 12.2 **Será desclassificada a proposta com vício ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo estimado (Ácordão nº 1455/2018-TCU – Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme Art. 56 da Lei nº 14.133 de 2021.**
- 12.2.1 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas conforme a Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022, sob pena de desclassificação.
- 12.3 **Considera-se inexequível a proposta que:** apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não

tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, **devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;**

12.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.6 O Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **03 (três) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

12.7 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.8 Se a proposta for desclassificada, o Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.10 Nas hipóteses em que o Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido o melhor preço.

12.11 Nos itens/grupos não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.12 **Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.**

12.13 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

13 DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1.1 Consulta Consolidada para verificação de impedimentos de licitar ou idoneidade da Pessoa Jurídica junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);

13.1.2 Consulta Consolidada para verificação de impedimentos de licitar ou idoneidade da Pessoa Jurídica junto ao Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

13.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.3.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.3.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.1.6 **Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 3 (três) dias úteis, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.**

13.2 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.3 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.4 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.5 HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.5.1 **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado sede da empresa participante, expedida em até 90 (noventa) dias, anteriores à data da abertura da sessão;**

13.5.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.5.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

13.5.4 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.5.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.5.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.5.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.5.8 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do Decreto nº 11.802, de 2023.

13.5.9 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

13.5.10 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:

decreto de autorização;

13.5.11 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.5.12 Cópia do CPF e RG dos sócios, dirigentes ou do empresário individual; aos participantes que deem preferência a inserção de documentos **AUTENTICADOS DIGITALMENTE** pelos cartórios ou deem preferência a inserção da **CNH DIGITAL**, quando possuírem-na;

13.6 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.6.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, e Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, em conjunto/unificada, na forma da Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014, expedido pela secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente;

13.6.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço(FGTS);

13.6.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas;

13.6.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

13.6.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais expedida pelo órgão municipal competente;

13.6.6 Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

13.6.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.7 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.7.1 A Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no seu domicílio **expedida em até 90 (noventa) dias, anteriores à data da abertura da sessão quando esta não constar data de validade – não sendo admitida certidão com prazo de validade expirada na data da sessão;**

13.7.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13.8 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.8.1 Para a qualificação técnica, será exigida a **Certidão de Licença Ambiental de**



Operação (L.O.) vigente. Se a licença estiver vencida, será aceito o protocolo de renovação desde que realizado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração, nos termos da Resolução CONAMA nº 237/1997.

13.8.2 Caso o licitante não seja o extrator (mineradora), deverá obrigatoriamente apresentar a Licença Ambiental de Operação da empresa extratora de origem, o contrato social consolidado da referida pedreira e a declaração formal emitida pela extratora garantindo o fornecimento dos materiais para o objeto desta licitação.

13.9 DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS

13.9.1 Declaração Conjunta de Anexo VI, e, aos participantes que deem preferência a **ASSINATURA DIGITAL** nos documentos que exijam a assinatura da empresa ou dos sócios.

13.10 Os documentos exigidos para habilitação (item 13 e seus sub-itens), deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

13.10.1 **Caso os documentos de habilitação que não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua emissão:**

13.11 O Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar que entender pertinente, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação. Nesta caso, somente mediante autorização do Pregoeiro(a) e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail cmss.licitacao@imbau.pr.gov.br.

13.12 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.12.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.12.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



13.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa solicitadas via sistema operacional do Canal de Compras Brasil ("chat").

13.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.18 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.19 Nos itens/grupos não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da propostasubsequente.

13.20 O licitante provisoriamente vencedor em um item/grupo, que estiver concorrendo em outro item/grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item/grupo em que venceu às do item/grupo em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.21 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 A PROPOSTA FINAL ou AJUSTADA do licitante que ofereceu o menor valor poderá ser encaminhada no prazo de **03 (três) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro(a) no sistema eletrônico;

14.2 QUANDO O OBJETO DA LICITAÇÃO FOR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NATUREZA CONTÍNUA – A PLANILHA DE CUSTO SERÁ DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA E DE FORMA PORMENORIZADA, A FIM DE DEMONSTRAR O CÁLCULO REALIZADO PELA PROPONENTE QUANTO À SUA PROPOSTA.

14.2.1 A planilha deverá ser apresentada a partir da vitória provisória, no prazo **de 01 (um) dia útil** – inserindo-a na plataforma do Canal de Compras Brasil e encaminhada via e-mail cmss.licitacao@imbau.pr.gov.br.

14.2.2 A planilha em formato de *excel*, será inserido pelo Município na mesma plataforma, no momento da disponibilização do Edital.

14.3 Caso a PROPOSTA FINAL ou AJUSTADA não seja enviada, salvo quando apuração por preço global, será considerada aquela considerada como lance final ofertado, conforme relatório de vencedores incluídos no processo final que acompanha a ATA de ADJUDICAÇÃO do certame.

14.4 Caso seja enviada, esta deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

14.5 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (facultativo).

14.6 A proposta final ou ajustada deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.7 **Todas as especificações do objeto conterão na proposta, principalmente VALORES E MARCA (quando for o caso), garantia, especificações adicionais do produto. Ainda poderá complementar as informações anexando à proposta CATÁLOGOS e ATESTADOS, bem como demais documentos que pormenorizem o objeto ofertado pelo vencedor.**

14.8 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

14.9 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.10 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital,

sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.11 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.12 No presente processo será aceito valores com até 2 (duas) casas após a vírgula.

14.13 Não serão aceitos documentos, declarações e proposta emitidas após data de abertura do certame que não tenham sido solicitadas pelo Pregoeiro(a).

14.14 **Documentos ilegíveis, de baixa qualidade ou registros sem identificação de item serão desconsiderados.**

14.15 Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais e autenticados, no prazo máximo de **03 (tres) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços corrigida, podendo serem protocolados no Paço Municipal no setor de Protocolos ou encaminhado via Agência dos Correios, que deverá ser **EXCLUSIVAMENTE** via **SEDEX**, para a Prefeitura Municipal de Imbaú - PR:

Endereço: Rua Francisco Siqueira Kortz, 471, São Cristóvão.

Pregoeiro: Geysla Geovana Prachum

E-mail: cmss.licitacao@imbau.pr.gov.br

Telefone: (42) 3127-9403/9404

14.16 Os documentos solicitados pelo Pregoeiro(a) encaminhados via Agência dos Correios, a empresa deverá **OBRIGATORIAMENTE**, encaminhar o **CÓDIGO DE RASTREAMENTO DO OBJETO**, via e-mail cmss.licitacao@imbau.pr.gov.br e/ou por meio do sistema eletrônico ("chat") da plataforma Canal de Compras Brasil, para acompanhamento e conferência de datas como postagem, trânsito e recebimento do objeto;

14.17 Desnecessária a autenticação administrativa realizada por servidor público para documentos autenticados via web – por meio de certificação digital do órgão expedidor do documento ou que seja possível consultar sua autenticidade via web e da assinatura digital.

15 DOS RECURSOS

15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos, **para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer**, de **forma motivada**, isto é, **indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos**, em campo próprio do sistema.

15.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a

existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1 Nesse momento o Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, **o prazo de (03) três dias para apresentar as razões**, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1 **A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, comunicado no site oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.**

16.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18 DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



18.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2 **O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.**

18.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido ao município.

18.4 O prazo previsto aqui previsto poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.5.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

18.5.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.5.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133 de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos mesma Lei.

18.6 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável, sucessivamente, por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.7 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência e eventuais prorrogações da contratação.

18.8 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.9 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.10 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a

Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, conforme previsão contida na Lei nº 14.133 de 2021.

19 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- 19.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 19.2 A CONTRATADA deverá requerer reajuste, se assim entender necessário, após o transcurso de 01 (um) ano, contados da apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 19.3 O índice a ser utilizado para o reajuste, será o INPC/IBGE ou por outro índice oficial que vier substituí-lo, acumulado durante o período.
- 19.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

20 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 20.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Anexo II do Edital em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021 e contrato.
- 20.2 Planilha estimativa de custo:

LOTE 1

Valor Máximo do Lote: 39.088,00 (trinta e nove mil e oitenta e oito reais)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE.	M3	400	97,72	39.088,00

LOTE 2

Valor Máximo do Lote: 38.060,00 (trinta e oito mil e sessenta reais)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	PEDRA DE DRENO Nº 02	M3	400	95,15	38.060,00

LOTE 3

Valor Máximo do Lote: 45.388,00 (quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta e oito reais)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Pedra Britada Nº3: Granulometria: 25 mm a 50 mm Utilização: Fundações profundas, base para obras de grande porte e sistemas de drenagem. Características: Livre de poeiras, materiais orgânicos e fragmentos abaixo do especificado.	M3	400	113,47	45.388,00

LOTE 4



Valor Máximo do Lote: 40.560,00 (quarenta mil, quinhentos e sessenta reais)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Pedra Cascalho - Pedra Cascalho próprio para utilização nas estradas municipais e vias urbanas.	M3	400	101,40	40.560,00

LOTE 5

Valor Máximo do Lote: 44.928,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	Pó de pedra: Partículas finas provenientes da britagem, ideal para compactação de solos, pavimentação e assentamento de blocos e meio-fio	TON	400	112,32	44.928,00

21 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta de Contrato e anexos do Edital;

22 DO PAGAMENTO

22.1 O recebimento do objeto da licitação se dará conforme o disposto no Art. 140 da Lei nº 14.133 de 2021.

22.2 O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido ou do serviço prestado, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização e/ou execução dos mesmos.

22.3 O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Imbaú – PR, **em até 30 (trinta) dias**, após a data do recebimento definitivo do bom ou serviço pela fiscalização ou gestor, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal ou Fatura, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

22.4 Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária, serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

22.5 A critério da contratante, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada para com ela, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

22.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's.

22.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, não correrá qualquer tipo de acréscimo a título de encargos moratórios.

23 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 As fraudes ou irregularidades se configuram sempre que houver tentativa de frustração do caráter competitivo e da impessoalidade nas licitações.

23.2 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, o licitante/adjudicatário que:

23.2.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.2.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.2.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

23.2.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.2.5 Não mater a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.2.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.2.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.2.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.2.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.2.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.2.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.3 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.4 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.5.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem



prejuízos significativos ao objeto da contratação;

23.5.2 Multa de 1 % (um por cento) a 3% (três por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

23.5.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.5.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

23.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.10 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.11 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.12 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.13 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à

Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23.15 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2 A impugnação “**DEVERÁ**” ser realizada **EXCLUSIVAMENTE** através da Plataforma Canal de Compras Brasil, não sendo aceitos outros meios a não ser os aqui definidos.

24.3 Caberá ao Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e/ou deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até (02) dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente através do Canal de Compras Brasil.

24.6 O Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de (02) dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência/edital e dos anexos.

24.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

24.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro(a).

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública



observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.canaldecomprasbrasil.com.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12 O Edital também estará disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.imbau.pr.gov.br/>.

Imbaú/Pr, 25 de maio de 2026.

Dayane Sovinski
Prefeita Municipal



PREGÃO ELETRÔNICO N° 11/2026

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área requisitante: Secretaria Municipal de Obras e Viação.

Área requisitante: Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Responsável: Secretário Alexandre Afonso da Cruz.

Objeto:

- 400 M³ de Pedra Britada N°1.
- 400 M³ de Pedra Britada N°2.
- 400 M³ de Pedra Britada N°3.
- 400 M³ de Pedra Cascalho.
- 400 TL de Pó de Pedra

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação para aquisição de pedra cascalho, pó de pedra e pedras britadas n° 1, n° 2 e n° 3 está prevista no Plano Anual de Compras da Secretaria Municipal de Obras e Viação e Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, conforme a necessidade de reposição desses materiais para a execução das obras de infraestrutura, manutenção de vias públicas e pavimentação. A inclusão desses insumos no plano foi baseada nas projeções de demanda para a continuidade das obras e serviços essenciais de drenagem, pavimentação e recuperação das vias urbanas e rurais.

O planejamento das Secretarias levou em conta a demanda recorrente de pó de pedra, pedras brita e cascalho para garantir a execução eficiente dos projetos de infraestrutura. Dessa forma, a aquisição desses materiais foi devidamente contemplada no Plano Anual de Compras,

assegurando que as Secretarias tivesse os recursos necessários para atender às necessidades de manutenção e obras ao longo do ano.

Portanto, a contratação para aquisição das pedras britadas, pó de pedra e cascalho está alinhada com o planejamento das Secretarias, e sua previsão no Plano Anual de Compras reflete a necessidade de garantir a continuidade das obras e a execução eficiente dos serviços essenciais de infraestrutura.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 NECESSIDADE PARA PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS

A Secretaria Municipal de Obras e Viação e Secretaria Municipal de Serviços Urbanos tem como uma de suas atribuições a execução e a manutenção das vias públicas no município, o que inclui tanto a infraestrutura urbana quanto rural. A pavimentação e recuperação dessas vias dependem de materiais específicos, como o Pó de Pedra, Pedra Brita N°1, Pedra Brita N°2, Pedra Brita N°3 e Pedra Cascalho, que são fundamentais para garantir a durabilidade e a qualidade das obras realizadas.

Com o aumento do volume de obras e a constante demanda por manutenção de vias, a falta desses materiais tem prejudicado o andamento dos serviços, resultando em atrasos e dificuldades na execução das tarefas. A aquisição regular e contínua de Pó de Pedra, Pedra Brita N°1, N°2, N°3 e Pedra Cascalho é, portanto, fundamental para que as Secretarias possam cumprir com as exigências de melhoria da infraestrutura viária do município, garantindo vias mais seguras, duráveis e acessíveis.

A utilização desses materiais é essencial para a recuperação de vias deterioradas, especialmente nas áreas rurais, onde a melhoria das estradas é crucial para garantir o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e o escoamento da produção agrícola. Além disso, a falta de fornecimento desses insumos compromete a eficiência das Secretarias, tornando as operações mais onerosas e dificultando o cumprimento das metas estabelecidas para o ano.

A aquisição desses materiais visa, ainda, garantir que o município tenha condições de responder de maneira ágil e eficiente às necessidades de manutenção e execução de novas obras, minimizando impactos negativos no tráfego e garantindo que os serviços sejam prestados à população de forma contínua e com qualidade. Além disso, a constante reposição

dos insumos permitirá que as Secretarias mantenham a infraestrutura do município em boas condições, promovendo o desenvolvimento urbano e rural de forma sustentável e segura.

3.2 A NECESSIDADE DE REPOSIÇÃO DO ESTOQUE

O estoque atual desses materiais tem se mostrado insuficiente para atender às necessidades emergenciais e contínuas das obras. O uso contínuo e intensivo desses insumos, somado ao aumento das obras de pavimentação, recuperação de estradas rurais e manutenção de vias urbanas, tem causado o esgotamento rápido do estoque, impactando diretamente no andamento das obras e na execução de serviços essenciais. A falta desses materiais tem levado a interrupções ou atrasos nas obras, comprometendo os prazos estabelecidos e a qualidade do trabalho realizado.

Além disso, a reposição do estoque é necessária para evitar interrupções nas obras em andamento, garantindo que as camadas de pavimentação sejam aplicadas corretamente, sem comprometer a estabilidade e segurança das vias. A pedra brita, o pó de pedra e o cascalho desempenham papéis fundamentais na estruturação do pavimento, proporcionando compactação, drenagem e resistência, e, sem a reposição constante desses materiais, as obras podem sofrer sérios danos estruturais.

Portanto, a reposição de estoque dos materiais é imprescindível para que as Secretarias possam dar continuidade aos projetos planejados, como a melhoria da infraestrutura viária e a recuperação das estradas rurais, atendendo às demandas da população e garantindo a qualidade das obras executadas. Essa reposição também é essencial para manter a eficiência operacional, evitando contratemplos e custos extras com atrasos nas obras e a necessidade de aquisição emergencial de materiais em prazos curtos e com preços elevados.

3.3 AUMENTO DA DURABILIDADE E QUALIDADE DAS OBRAS

A aquisição e reposição dos materiais Pó de Pedra, Pedra Brita N°1, N°2, N°3 e Pedra Cascalho são fundamentais para a qualidade e durabilidade das obras de pavimentação e recuperação das vias urbanas e rurais no município de Imbaú. Esses materiais são essenciais para garantir a estabilidade das obras e a resistência das vias a diversos fatores externos, como o desgaste causado pelo tráfego de veículos pesados e as condições climáticas adversas.

O uso contínuo desses materiais nas obras de infraestrutura contribui para a criação de pavimentos de alta qualidade, que suportam melhor o tráfego constante, aumentando a vida útil das vias e reduzindo a necessidade de manutenções corretivas. A reposição regular desses insumos permite que as Secretarias executem suas atividades com eficiência, sem interrupções devido à falta de materiais e evitando os custos extras associados à aquisição emergencial.

Ao garantir que esses materiais estejam sempre disponíveis em estoque, as Secretarias asseguram a continuidade das obras e a qualidade das pavimentações, proporcionando ruas e estradas mais seguras e duráveis para a população. A durabilidade das obras realizadas é um reflexo direto da utilização dos materiais corretos, o que minimiza a necessidade de intervenções constantes e aumenta a eficiência operacional das Secretarias.

Dessa forma, a reposição desses materiais não apenas assegura a qualidade e segurança das vias, mas também contribui para a sustentabilidade das obras, otimizando os recursos públicos e garantindo que as infraestruturas do município permaneçam em boas condições, atendendo às necessidades da população e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

3.4 ATENDIMENTO À DEMANDA DA COMUNIDADE

A aquisição e reposição dos materiais Pó de Pedra, Pedra Brita N°1, N°2, N°3 e Pedra Cascalho têm um papel crucial no atendimento das demandas da comunidade de Imbaú, especialmente no que se refere à melhoria das condições das vias urbanas e rurais. A manutenção e construção de estradas e ruas pavimentadas são essenciais para o bem-estar da população, proporcionando acessibilidade, segurança e mobilidade para todos.

As demandas da comunidade no que tange à infraestrutura viária têm se intensificado, principalmente nas áreas rurais, onde as condições das estradas são determinantes para o deslocamento de pessoas e escoamento da produção rural. As famílias e produtores locais dependem de vias em boas condições para garantir o transporte adequado de mercadorias, acesso a serviços essenciais e a integração com outras regiões do município. A falta de manutenção ou de pavimentação adequada pode resultar em dificuldades de locomoção, atrasos e até mesmo acidentes, impactando diretamente na qualidade de vida e na economia local.

Ao realizar a reposição desses materiais essenciais, as Secretarias asseguram que as necessidades da comunidade sejam atendidas de forma eficaz. O fornecimento constante desses insumos permite a execução contínua de obras que atendem prioridades urgentes, como a recuperação de vias danificadas e a construção de novos acessos para as áreas de maior demanda. Isso inclui a melhoria das condições de tráfego, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a integração das comunidades.

Além disso, ao garantir a qualidade das obras, a reposição regular desses materiais ajuda a evitar transtornos recorrentes, como a interrupção das atividades devido a atrasos em serviços essenciais de transporte e logística, que, quando não realizados corretamente, podem afetar diretamente a rotina da população, especialmente de zonas mais afastadas. A disponibilidade desses insumos possibilita que as Secretarias atendam com agilidade e eficiência as diversas demandas da população, gerando impactos positivos imediatos na mobilidade urbana e rural e fortalecendo a infraestrutura do município de forma geral.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de fornecimento de pó de pedra, pedra brita nº1, nº2, nº3 e pedra cascalho para as Secretarias devem garantir a qualidade dos materiais fornecidos, a conformidade com as normas ambientais e a eficiência nas obras de infraestrutura. Os materiais devem ser provenientes de fontes legalmente autorizadas e com a documentação necessária para assegurar que a extração seja realizada de forma ambientalmente responsável. O fornecedor deverá apresentar as licenças de extração devidamente regularizadas e comprovar que a extração segue as normas ambientais em vigor.

Além disso, é essencial que o processo de extração e transporte adote práticas que minimizem os impactos ambientais, como o controle da emissão de poeira durante o transporte e o uso de veículos que atendam às normas de emissão de poluentes. A destinação adequada de resíduos também deve ser assegurada. O fornecedor deverá ainda apresentar certificações que comprovem a conformidade com as normas ambientais, garantindo que todas as etapas do processo de fornecimento sejam realizadas de forma sustentável.

Por fim, o fornecedor será responsável pela entrega dos materiais no prazo de 5 (CINCO) dias após realização da nota de empenho e no local indicado pelas Secretarias, garantindo que os materiais cheguem sem danos, contaminações ou qualquer outro tipo de não conformidade, atendendo integralmente às especificações acordadas.

5. LEVANTAMENTO DO MERCADO

Foi realizado um levantamento de mercado, avaliando propostas com diferentes formas de entrega. A análise contemplou:

Entrega sendo feita pelo fornecedor:

Vantagens:

- **Redução de Custos Logísticos:** A entrega realizada diretamente pelo fornecedor pode resultar em menor custo com transporte e armazenamento, pois o fornecedor pode otimizar sua logística de distribuição, evitando custos adicionais para a administração pública ou empresa contratante.
- **Maior Controle e Garantia de Qualidade:** Quando o fornecedor é responsável pela entrega, ele pode garantir que os materiais ou produtos entregues atendem às especificações acordadas, além de assegurar que as condições de transporte não danifiquem os itens.
- **Minimização de Riscos e Falhas Operacionais:** A entrega realizada pelo fornecedor minimiza o risco de falhas logísticas ou de comunicação entre intermediários, garantindo que os materiais sejam entregues no local e no momento certos.

Desvantagens:

- **Risco de Custos Adicionais:** Se o fornecedor não tiver uma logística otimizada, pode haver custos inesperados de transporte ou armazenamento, que podem ser repassados ao contratante, aumentando o custo total da operação.

Retirada por parte das Secretarias:

Vantagens:

- **Redução de Custos com Transporte:** Ao realizar a retirada diretamente, as Secretarias eliminam os custos de frete e transporte que seriam pagos ao fornecedor. Isso pode gerar economia significativa, principalmente em compras de grande volume.

Desvantagens:

- **Demandas Logísticas Internas:** As Secretarias precisam organizar sua própria logística de transporte, o que pode demandar recursos e pessoal para garantir que a retirada seja feita de maneira eficiente, podendo gerar custos adicionais com veículos, motoristas e equipamentos.
- **Impacto no Planejamento Financeiro:** A retirada pode gerar dificuldades para as Secretarias em termos de controle orçamentário, já que custos imprevistos podem surgir durante o processo de logística, transporte ou armazenamento, comprometendo o planejamento financeiro e resultando em uma alocação de recursos menos eficiente.
- **Possibilidade de Atrasos:** Caso as Secretarias dependam de sua frota ou de outros meios de transporte para retirar os materiais, pode ocorrer a falta de disponibilidade ou imprevistos, o que pode atrasar a retirada e impactar no cronograma das obras ou serviços.

Com base nas informações conclui-se que a melhor escolha é ser feita a entrega com responsabilidade do fornecedor, garantindo que os prazos e entrega e a qualidade sejam entregues em conformidade.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução final definida para a contratação de pó de pedra, pedras brita nº1, nº2, nº3 e cascalho tem como objetivo suprir as necessidades de infraestrutura das Secretarias de Obras e Viação e Secretaria de Serviços Urbanos, garantindo o fornecimento de materiais essenciais para a execução das obras de pavimentação, drenagem e terraplanagem. A escolha de cada tipo de material foi cuidadosamente fundamentada nas especificidades de cada tipo de obra que será realizada, considerando o desempenho, durabilidade e eficiência dos insumos.

As pedras brita nº1, nº2 e nº3 serão utilizadas em diferentes fases das obras, com base nas características técnicas que cada uma oferece, tais como a granulometria e resistência, adequando-se a diferentes tipos de pavimentação e de sistemas de drenagem. A pedra cascalho será empregada nas obras de terraplanagem e drenagem, oferecendo suporte na estabilização do solo e contribuindo para a melhoria da drenagem das águas pluviais. O pó de pedra, por sua vez, terá uma função essencial em diversas aplicações, especialmente

como material de base e sub-base nas pavimentações, auxiliando na compactação do solo e proporcionando maior aderência e estabilidade à estrutura. Além disso, o pó de pedra é utilizado na fabricação de concreto e asfalto, colaborando para a resistência e durabilidade desses materiais.

6.1 Exigências Relacionadas aos Insumos

Os materiais adquiridos deverão atender a padrões de qualidade estabelecidos pelo setor responsável pela análise técnica, garantindo que as pedras sejam de alta resistência e estejam livres de impurezas ou fragmentos que possam comprometer a execução das obras. Além disso, os fornecedores selecionados deverão cumprir com a entrega dentro dos prazos acordados, assegurando que o fornecimento seja realizado de acordo com as necessidades da obra e sem comprometer o andamento das atividades.

6.2 Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

Embora a natureza do fornecimento seja de insumos, é essencial que o fornecedor forneça garantia de qualidade dos materiais durante um período previamente estabelecido, garantindo que qualquer eventual defeito seja corrigido sem custos adicionais. A manutenção e assistência técnica, embora não sejam exigidas de forma constante, deverão ser disponibilizadas para eventuais orientações relacionadas à qualidade do material e seu uso adequado nas obras.

6.3 Justificativa Técnica e Econômica da Escolha da Solução

A escolha dos tipos de pedras brita nº1, nº2, nº3, pó de pedra e cascalho reflete uma avaliação detalhada das necessidades das Secretarias, alinhando as especificações técnicas dos materiais às exigências de cada tipo de obra que será realizada. A escolha por essas pedras é justificada pela sua versatilidade e capacidade de atender tanto às demandas de pavimentação quanto àquelas relacionadas a drenagem e terraplanagem, proporcionando eficiência e durabilidade às obras.

Do ponto de vista econômico, a solução proposta oferece o melhor custo-benefício, pois, além de garantir a execução das obras dentro dos padrões de qualidade exigidos, permite a otimização dos recursos públicos, considerando que o fornecimento das pedras é realizado por um fornecedor com boa reputação no mercado e com condições de pagamento

adequadas. A quantidade estimada de 400 m³ para pedra brita n°1, n°2, n°3 e pedra cascalho e 400 toneladas de pó de pedra é baseada nas necessidades reais de obra e nos custos previamente avaliados, o que garante a viabilidade econômica da solução proposta.

Essa solução visa garantir que os insumos necessários para a realização das obras das Secretarias sejam fornecidos com qualidade, no tempo adequado, e dentro do orçamento disponível, assegurando que as obras sejam entregues com eficiência e segurança, atendendo às necessidades da população.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Pedra Brita n° 1	M ³	400
2	Pedra Brita n° 2	M ³	400
3	Pedra Brita n° 3	M ³	400
4	Pedra Cascalho	M ³	400
5	Pó de Pedra	TL	400

8. ESTIMATIVA DE VALORES

Com base em uma pesquisa rápida de mercado foi estipulado um valor de **R\$ 208.024,00 (Duzentos e oito mil e vinte e quatro reais)** valor que pode ser maior ou menor visto que é uma **PESQUISA RÁPIDA**.

A PESQUISA UTILIZADA PARA A FORMAÇÃO DO PREÇO ESTA ANEXADA A ESTE ETP NA SEÇÃO “ANEXOS”.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO
1	Pedra Brita n° 1	M ³	400	R\$ 97,72	R\$ 39.088,00
2	Pedra Brita n° 2	M ³	400	R\$ 95,15	R\$ 38.060,00
3	Pedra Brita n° 3	M ³	400	R\$ 113,47	R\$ 45.388,00
4	Pedra cascalho	M ³	400	R\$ 101,40	R\$ 40.560,00
5	Pó de Pedra	TL	400	R\$ 112,32	R\$ 44.928,00
TOTAL					R\$ 208.024,00

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação das 400 m³ de Pedra Brita (nº 1, nº 2, nº 3) e Pedra Cascalho e 400 TL de Pó de Pedra será realizada de forma parcelada, permitindo que os recursos sejam aplicados de maneira mais eficiente e conforme as necessidades específicas das obras de infraestrutura das Secretarias. Essa abordagem proporciona maior flexibilidade no gerenciamento dos recursos, garantindo que a compra de cada tipo de material seja ajustada à demanda e aos cronogramas das obras em andamento.

Ao adotar o parcelamento, buscamos otimizar a utilização dos recursos públicos, possibilitando uma gestão mais precisa e alinhada com as necessidades de pavimentação, drenagem e outras melhorias urbanas. A aquisição por item, considerando as características e necessidades específicas de cada tipo de pedra, permite que o processo licitatório seja mais competitivo e atenda de forma mais eficiente às diversas frentes de trabalho das Secretarias.

Essa metodologia garante uma distribuição estratégica dos recursos, assegurando que a compra de cada tipo de material seja feita de forma racional e controlada, sem comprometer o equilíbrio financeiro do município. Assim, conseguimos atender de forma ágil e eficaz às demandas das obras, promovendo a continuidade das atividades e a execução das obras sem atrasos, enquanto cumprimos com o compromisso de transparência e economicidade na gestão pública.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

A compra de Pó de Pedra, de Pedra Brita (nº 1, nº 2, nº 3) e Pedra Cascalho tem como principal objetivo garantir a efetividade das obras de infraestrutura realizadas pelas Secretarias, proporcionando a melhor qualidade e durabilidade das vias públicas e outros projetos de urbanização. A aquisição desses materiais assegura que as obras sejam realizadas com os insumos adequados e nas quantidades necessárias, permitindo que as obras avancem de forma eficiente e sem interrupções.



Em termos de economicidade, a compra dessas pedras será realizada de forma parcelada, permitindo que os recursos financeiros sejam utilizados de forma escalonada e controlada, sem comprometer o orçamento do município de maneira abrupta. Essa abordagem contribui para um planejamento orçamentário eficiente, evitando gastos excessivos em um único momento e permitindo que os recursos sejam direcionados para outras necessidades prioritárias ao longo do tempo.

O parcelamento também permite um melhor aproveitamento dos recursos materiais, pois os materiais são adquiridos conforme a demanda e o andamento das obras, evitando o desperdício e o armazenamento excessivo. Além disso, a qualidade dos materiais utilizados na pavimentação e drenagem das vias públicas resulta em benefícios diretos para a sociedade, como melhoria na mobilidade urbana, redução de alagamentos e preservação do meio ambiente, o que reflete diretamente na qualidade de vida da população.

A aquisição também assegura que os recursos humanos das Secretarias possam se concentrar em suas atividades principais, como execução e supervisão das obras, sem a necessidade de gerenciar grandes quantidades de materiais armazenados. Isso contribui para a eficiência operacional, pois os servidores não precisam se preocupar com questões relacionadas ao estoque de materiais, permitindo que se dediquem plenamente às atividades de campo e ao atendimento às demandas da comunidade.

Do ponto de vista de desenvolvimento sustentável, a escolha pelos materiais adequados e a garantia de que as obras serão realizadas com os insumos corretos trazem impactos ambientais positivos, como a melhoria da drenagem e a redução do impacto das águas pluviais nas áreas urbanas, além de contribuir para a sustentabilidade das construções. A utilização de pedras de qualidade também garante a durabilidade das obras, reduzindo a necessidade de manutenção constante e promovendo a longevidade da infraestrutura urbana.

Por fim, essa aquisição reflete o compromisso da administração pública com o bem-estar da sociedade, ao proporcionar serviços públicos de qualidade, sustentáveis e eficientes, atendendo às necessidades da população e promovendo um desenvolvimento urbano responsável e sustentável.

A entrega deverá ser realizada no local indicado pela contratante, observando-se:
Transporte adequado, de forma a evitar a segregação e contaminação dos materiais.

Veículos em conformidade com a legislação de transporte de cargas.

A entrega deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento.

12. PROVIDENCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da celebração do contrato de aquisição e fornecimento dos materiais de construção, serão designados servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, os quais passarão por capacitação específica, abordando temas como controle de qualidade, acompanhamento da entrega de materiais, verificação de conformidade com as especificações contratuais e a gestão de eventuais problemas que possam surgir durante a execução das obras.

Será também elaborado um plano de fiscalização detalhado, que incluirá responsabilidades, cronograma de acompanhamento, métodos de controle de qualidade e as etapas de entrega dos materiais, para assegurar que o processo esteja em conformidade com o que foi acordado.

Além disso, a minuta contratual e os termos de referência serão revisados e ajustados conforme necessário para garantir clareza e transparência no contrato. Todos os gestores e fiscais serão formalmente designados, e um processo de comunicação eficaz será estabelecido entre as partes envolvidas, com o intuito de facilitar a resolução de qualquer impasse ou situação que possa comprometer a execução das obras.

Essas providências são fundamentais para garantir que o contrato seja executado de forma eficiente, dentro dos parâmetros orçamentários, e que a qualidade da execução das obras atenda às expectativas da comunidade, promovendo uma gestão eficaz e transparente dos recursos públicos.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A compra de pó de pedra, pedra brita nº1, nº2, nº3 e pedra cascalho para uso nas obras de infraestrutura das Secretarias podem acarretar alguns impactos ambientais significativos. O principal impacto decorre da extração dos minerais. A mineração, quando não realizada de forma controlada e dentro das normas ambientais, pode resultar em desmatamento, erosão do solo, contaminação da água e destruição de habitats naturais. A extração descontrolada

de pedras e outros minerais pode afetar ecossistemas locais, prejudicando a biodiversidade e os serviços ambientais essenciais, como a regulação do ciclo da água e a proteção contra a erosão.

Além disso, o transporte dos materiais para o canteiro de obras pode contribuir para o aumento das emissões de gases poluentes, como o dióxido de carbono (CO₂), provenientes dos veículos utilizados para o transporte, além da geração de poeira, o que pode prejudicar a qualidade do ar e afetar a saúde da população, especialmente em áreas mais urbanizadas ou em vias de tráfego intenso. O impacto ambiental também pode ocorrer devido à geração de resíduos durante a aplicação dos materiais nas obras, como excesso de pedras quebradas ou sujeira, que se não forem adequadamente gerenciados, podem contaminar o solo e as águas locais.

As Secretarias, ciente desses impactos, tomará uma série de medidas para mitigar e controlar os danos ambientais. Inicialmente, a seleção de fornecedores será rigorosamente baseada em critérios ambientais, buscando empresas que sigam as normas de licenciamento ambiental e que utilizem práticas de mineração sustentável. Será exigida a comprovação de que as pedreiras ou minas de onde os materiais serão extraídos têm licenciamento ambiental regular, e que as atividades de extração sejam conduzidas dentro dos limites legais, respeitando as normas de recuperação das áreas degradadas e evitando o desmatamento ilegal.

Quanto ao transporte, serão adotadas práticas para reduzir o impacto da emissão de poluentes. Será dada preferência a transportadoras que utilizem veículos de baixa emissão, como caminhões com sistema de controle de emissão de poluentes, além de implementar um sistema de monitoramento da qualidade do ar nas áreas de maior tráfego, especialmente próximo às zonas urbanas, de modo a minimizar os danos à saúde pública. O uso de caminhões cobertos ajudará a reduzir a dispersão de poeira durante o transporte dos materiais, protegendo assim a saúde dos trabalhadores e da comunidade local.

Durante a execução das obras, as Secretarias implementarão um controle rigoroso dos resíduos gerados. O excesso de materiais, como pedras quebradas ou sobras de cascalho, será recolhido e destinado adequadamente, de acordo com as normas ambientais vigentes, evitando que esses resíduos se acumulem nas áreas de trabalho e se tornem fontes de poluição. Sempre que possível, será promovido o reaproveitamento de materiais ou a reciclagem, com o intuito de reduzir a quantidade de resíduos enviados aos aterros sanitários.



Caso necessário, será feito o uso de tecnologias sustentáveis, como a utilização de sistemas de drenagem adequados para evitar o alagamento e a contaminação das águas pluviais nas áreas próximas.

Essa abordagem detalhada e responsável visa não apenas mitigar os impactos ambientais negativos associados à extração, transporte e uso de materiais na construção de infraestrutura, mas também contribuir para a preservação ambiental e para o desenvolvimento sustentável do município, alinhando-se aos compromissos da administração pública com a qualidade de vida e o bem-estar da população.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

A contratação do pó de pedra, das pedras brita (nº 1, nº 2, nº 3 e cascalho) é adequadamente alinhada às necessidades das Secretarias, uma vez que visa atender às demandas essenciais para as obras de pavimentação e manutenção das vias públicas, que são atividades prioritárias para o desenvolvimento e a manutenção da infraestrutura urbana. As pedras brita são materiais fundamentais para garantir a qualidade e a durabilidade das vias, com impactos diretos na segurança e na mobilidade da população.

Em termos de eficácia, a aquisição das pedras é uma solução estratégica, pois permite que as Secretarias disponham do material necessário para dar continuidade a importantes obras de infraestrutura na cidade. Além disso, a utilização das pedras brita possibilita a execução de obras com elevado padrão de qualidade, assegurando maior durabilidade às pavimentações e minimizando a necessidade de reparos constantes, o que contribui para a redução de custos no longo prazo.

A compra das pedras contribui diretamente para a efetividade das ações das Secretarias, pois o material será utilizado em obras que atendem a uma demanda crescente de melhorias nas condições das vias públicas, especialmente em áreas com grande fluxo de veículos e pedestres. A execução dessas obras resulta em benefícios tangíveis para a população, como a melhora da trafegabilidade, a redução de acidentes e a maior segurança para os usuários das vias.

Além disso, ao adquirir as pedras de forma parcelada, as Secretarias conseguem manter o equilíbrio financeiro, distribuindo os custos ao longo do período necessário para a execução

das obras, sem comprometer outras atividades essenciais. Esse modelo de contratação permite que os recursos sejam aplicados de maneira planejada e racional, sem gerar impacto financeiro excessivo nos orçamentos das Secretarias e, conseqüentemente, no orçamento público municipal.

Em relação ao melhor aproveitamento dos recursos materiais, a compra das pedras contribui para a realização das obras de forma mais eficiente, permitindo que o material seja adquirido conforme a necessidade de cada projeto, evitando excessos ou faltas que possam prejudicar o andamento das obras. Além disso, a aquisição desse tipo de material é vantajosa porque garante maior durabilidade e resistência das vias, o que contribui para a redução de custos com manutenção a longo prazo.

Portanto, a contratação das pedras atende plenamente as necessidades das Secretarias, proporcionando a execução eficaz das obras de pavimentação e melhorando a infraestrutura urbana da cidade. A aquisição do material garante não apenas a continuidade das ações planejadas, mas também a qualidade dos serviços prestados à população, com um bom aproveitamento dos recursos financeiros e materiais disponíveis. Ao atender às necessidades urgentes das Secretarias, a contratação contribui para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável da cidade, alinhando-se às prioridades da gestão pública.

15. MAPA DE RISCOS

Risco	Probabilidade	Impacto	Dano	Ação Preventiva	Ação de Contingência
Questionamentos sobre a especificação dos materiais	Baixa	Médio	Possível atraso na contratação devido a questionamentos sobre as especificações técnicas dos materiais no Edital, comprometendo o cronograma das obras.	Garantir que as especificações técnicas no Edital sejam claras e bem detalhadas, considerando a compatibilidade dos materiais com as necessidades da obra e normas ambientais.	Revisar as especificações em caso de questionamentos, realizando ajustes conforme necessário para atender aos requisitos legais e republicar o Edital se necessário.



Atraso na entrega dos materiais	Média	Alta	Atraso na execução das obras, causando impacto no cronograma e podendo gerar custos adicionais.	Definir no contrato prazos claros para entrega dos materiais e penalidades para o descumprimento.	Aplicar penalidades contratuais por descumprimento dos prazos e buscar alternativas para garantir a continuidade das obras, como a substituição do fornecedor, se necessário.
Licitação deserta ou com lote deserto	Média	Médio	Não realizar a licitação, necessitando republicar o Edital e abrir novo prazo para a realização do processo.	Ampliar a divulgação do Chamamento Público, buscando maior participação de fornecedores e garantindo a atratividade do processo licitatório.	Republicar o Edital com ajustes que possam ter gerado a desistência de empresas e reiniciar o processo licitatório.
Fornecedor se recusar a assinar o contrato	Baixa	Alto	Atraso na contratação, necessidade de republicar o Edital e abrir novo prazo para o Chamamento Público.	Estabelecer no Edital cláusulas de punição para fornecedores que não assinarem o contrato dentro do prazo estipulado.	Adjudicar o contrato a outro fornecedor ou promover nova contratação por meio de outro processo licitatório.
Falha na entrega da quantidade correta de material	Média	Alto	Entrega de quantidade inferior ao que foi contratado, impactando na continuidade das obras e podendo gerar custos adicionais com novos pedidos.	Monitorar rigorosamente a entrega e conferir a quantidade de material conforme o contrato.	Solicitar a entrega imediata da quantidade faltante com multa pelo descumprimento, ou contratar outro fornecedor para completar o volume necessário.



16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação das pedras brita (nº 1, nº 2, nº 3), pó de pedra e cascalho é plenamente viável, razoável e adequada para atender às necessidades das Secretarias. Essa aquisição foi cuidadosamente planejada e justificada com base nas demandas operacionais e nas prioridades de infraestrutura urbana da cidade, conforme levantamento realizado no estudo preliminar.

A viabilidade da contratação é assegurada pela análise da necessidade urgente de materiais para a execução de obras de pavimentação e manutenção das vias públicas, que são fundamentais para garantir a qualidade e a segurança do tráfego na cidade. As Secretarias, por meio dessa contratação, conseguirão manter o ritmo de obras necessárias para a melhoria da mobilidade urbana, evitando congestionamentos, melhorando a acessibilidade e oferecendo condições adequadas de trafegabilidade para a população.

A razoabilidade da contratação é justificada pela compatibilidade entre os custos do material e os recursos financeiros disponíveis no orçamento das Secretarias. A aquisição parcelada das pedras brita permite uma gestão equilibrada dos gastos, sem comprometer outras áreas prioritárias das Secretarias, mantendo a execução das obras em andamento de forma eficiente e com boa relação custo-benefício. Além disso, a compra dos materiais diretamente do fornecedor garante a obtenção do produto com preços competitivos e de acordo com as especificações exigidas para as obras.

A adequação da contratação está diretamente vinculada à sua capacidade de atender de forma eficaz às necessidades operacionais das Secretarias. A escolha dos materiais de construção está de acordo com as exigências técnicas e de qualidade das obras de pavimentação, pois as pedras brita são indispensáveis para garantir a durabilidade e resistência das vias urbanas, refletindo em uma infraestrutura mais eficiente e sustentável.

Portanto, com base nos elementos do estudo preliminar, a contratação das pedras brita é plenamente viável, razoável e adequada para o atendimento das necessidades das Secretarias, sendo uma solução estratégica para garantir a execução de obras de qualidade, com boa gestão dos recursos financeiros e materiais, e beneficiando a população com uma infraestrutura urbana segura e duradoura.



17. ANEXOS

Em anexo se encontra todas as pesquisas de preços realizadas.

18. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

EMILY SCHNEIDER DE SOUZA

ASSESSOR DIRETOR DEPARTAMENTO DE OBRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

ANEXO II

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETIVO

1.1 O presente Termo de Referência tem como finalidade promover a contratação de empresa especializada no fornecimento de pedras do tipo: Pedra Britada Nº1, Pedra Britada Nº2, Pedra Britada Nº3, Pó de Pedra e Pedra de Cascalho, em conformidade com as normas técnicas vigentes, a fim de atender às necessidades do Município. Esses insumos são fundamentais para a infraestrutura viária, pavimentação, drenagem, estabilização de solos e demais intervenções urbanas e rurais, garantindo a qualidade, durabilidade e segurança das obras. A contratação visa atender à demanda das Secretarias Solicitantes, pertencentes à Prefeitura Municipal de Imbaú/PR, conforme especificações e quantitativos descritos no item nº 4 deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento contínuo de materiais essenciais para a execução e manutenção de obras de infraestrutura no Município de Imbaú. A Pedra Britada Nº1, Pedra Britada Nº2, Pedra Britada Nº3, Pó de Pedra e Pedra de Cascalho são insumos fundamentais para a realização de pavimentação, drenagem, estabilização de solos e demais intervenções urbanas e rurais, impactando diretamente na qualidade, segurança e durabilidade das obras públicas.

A disponibilidade desses materiais é indispensável para evitar atrasos na execução dos serviços, assegurando a eficiência e a continuidade das obras em andamento e das futuras intervenções planejadas. Além disso, a aquisição por meio de processo licitatório garante a economicidade, transparência e melhor custo-benefício, em conformidade com a legislação vigente. Assim, a contratação visa atender às demandas das Secretarias Municipais, assegurando que as atividades sejam realizadas dentro dos padrões técnicos exigidos, contribuindo para o desenvolvimento da infraestrutura local e a melhoria da qualidade de vida da população.

3. REQUISITOS TÉCNICOS

3.1 A empresa contratada deverá fornecer materiais que atendam aos seguintes requisitos técnicos:

3.1.1. Especificações das Pedras

Pedra Britada Nº1:

Granulometria: 9,5 mm a 19 mm

Utilização: Concretos estruturais, lastros e bases para pavimentação.

Características: Material limpo, isento de impurezas, terra, argila ou materiais orgânicos.

Pedra Britada N°2:

Granulometria: 19 mm a 25 mm

Utilização: Fundações, drenagens e concretos para grandes volumes.

Características: Material limpo, livre de partículas friáveis e contaminantes.

Pedra Britada N°3:

Granulometria: 25 mm a 50 mm

Utilização: Fundações profundas, base para obras de grande porte e sistemas de drenagem.

Características: Livre de poeiras, materiais orgânicos e fragmentos abaixo do especificado.

Pedra de Cascalho:

Granulometria: Mista (faixa entre 5 mm e 50 mm)

Utilização: Nivelamento de terrenos, drenagens superficiais e reforço de base para pavimentação.

Características: Material natural, limpo, sem presença de materiais orgânicos ou contaminantes.

Pó de Pedra:

Partículas finas provenientes da britagem, com granulometria inferior a 4,8 mm, ideal para compactação de solos, pavimentação e assentamento de blocos e meio-fio.

3.2. Qualidade e Procedência

Os materiais devem ser provenientes de jazidas licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

Devem possuir características físicas e químicas compatíveis com as normas técnicas brasileiras (ABNT) aplicáveis.

Proibida a utilização de materiais reciclados ou reaproveitados, salvo se especificado em contrário.

3.3. Transporte e Entrega

A entrega deverá ser realizada no local indicado pela contratante, observando-se:

Transporte adequado, de forma a evitar a segregação e contaminação dos materiais.

Veículos em conformidade com a legislação de transporte de cargas.

A entrega deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento.

3.4. Condições Gerais

O fornecedor deverá garantir o atendimento de todas as exigências ambientais, de

saúde e segurança do trabalho.

Caso os materiais entregues não atendam às especificações, a contratada deverá providenciar a substituição em até 05 (cinco) dias corridos, sem ônus para a contratante.

A contratada deverá apresentar, quando solicitado, laudos técnicos de conformidade dos materiais fornecidos.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	OBJETO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Pedra Brita nº 1	M³	400
2	Pedra Brita nº 2	M³	400
3	Pedra Brita nº 3	M³	400
4	Pedra cascalho	M³	400
5	Pó de pedra	TON	400

5. VALOR ESTIMADO

5.1 O valor total estimado para a aquisição é de R\$ 208.024,00 (Duzentos e oito mil e vinte e quatro reais) considerando o fornecimento, transporte e entrega do material no local especificado, obtido através de pesquisa de mercado, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 O valor estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante no processo administrativo, pesquisas de preços praticados em demais órgãos públicos, internet, banco de preços e demais consultas, conforme o caso, disposto no Art. nº 23 da Lei Federal nº 14.133/2021

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

7. PRAZO PARA ENTREGA

7.1. O fornecimento das pedras britadas (Nº1, Nº2, Nº3), da pedra de cascalho e pó de perda deverá ser realizado em até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou da assinatura do contrato, conforme cronograma estabelecido pela contratante.

7.2. As entregas deverão ser realizadas em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, com frete por conta da contratada, até o local indicado pela Secretaria Solicitante, cujo endereço é o Pátio de Obras na Rua Avenida São José, sem número, em Imbaú – PR, CEP 84250-000, Bairro Jardim Primavera. A entrega deverá seguir as normas de segurança e transporte adequadas, em local e horário previamente acordados,

o telefone fixo para contato é 42.3127-9486.

7.3. Os materiais deverão ser entregues de forma fracionada ou total, conforme necessidade da contratante, devidamente embalados e transportados de forma a preservar sua qualidade e características técnicas.

Eventuais custos com transporte, descarregamento e demais encargos necessários à entrega dos materiais correrão por conta da contratada.

7.4. O não cumprimento do prazo estabelecido acarretará em penalidades previstas em contrato, salvo em casos de força maior devidamente justificados e aceitos pela contratante.

7.5. Caso os materiais entregues não estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas, a contratada deverá providenciar a substituição em até 05 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional para a contratante.

7.6. O objeto poderá ser rejeitado se estiver em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e da proposta. Em caso de rejeição, o fornecimento deverá ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação à contratada, sem ônus para a administração, e sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.7. O objeto será recebido definitivamente após a verificação da qualidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado.

7.8. Caso a verificação mencionada no subitem anterior não seja realizada no prazo estipulado, considerar-se-á como procedida, com o recebimento definitivo no dia do término do prazo.

7.9. O recebimento definitivo do objeto não exime a contratada de responsabilidade por prejuízos decorrentes da execução incorreta do contrato.

8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços deverão ser entregues em um período de 12 (doze) meses, a partir do início do contrato.

8.2. A entrega dos materiais deverá iniciar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da ordem de serviço emitida pelo CONTRATANTE.

8.3. O material poderá ser rejeitado, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.4. O recebimento do material não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:



9.1.1. Receber o material no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre irregularidades verificadas no material fornecido, para que seja substituído;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento de faturas/Notas Fiscais no prazo máximo de até 30 dias, à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, após a data do pedido de pagamento efetuado pela Contratante.

9.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1. Efetuar a entrega do material em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelas Secretarias solicitantes, em estrita observância conforme especificações constantes no Edital, proposta e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações de fabricação e prazo de garantia/validade, dados bancários para pagamento e número da respectiva Nota de Empenho.

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do material, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.2.1 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do órgão solicitante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o material com avarias ou em desacordo com a qualidade acordada ao termo de referência;

10.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) horas que antecede a data da entrega do material, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do

contrato.

10.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Minuta de Contrato;

10.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.8. Manter informada a Prefeitura Municipal de Imbaú quanto a mudanças de endereço, telefones e e-mail de seu estabelecimento.

10.1.9 O não cumprimento das condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos por parte da mantenedora implicará na sua desclassificação e a imediata convocação dos remanescentes, sem prejuízos das sanções cabíveis.

11. DA GARANTIA

11.1. A garantia dos itens consiste na prestação, pela empresa CONTRATADA, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações, a contar da data de entrega definitiva do serviço.

11.2. Tratando-se de vício oculto, o prazo de garantia dos bens, iniciar-se-á no momento em que ficar evidenciado o defeito, nos termos do §3º, do artigo 26 da Lei nº 8.078/1990.

11.3. A garantia inclui a substituição do material defeituoso no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para o Município, podendo ser prorrogado mediante solicitação por escrito, devidamente justificada, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias corridos.

11.4. O pedido de substituição ou reparo do material, durante o período de garantia, poderá ser formalizado por telefone, e-mail ou outro meio hábil de comunicação.

11.5. O término do atendimento ocorrerá no dia de conclusão do reparo e da disponibilidade do serviço em perfeito estado.

11.6. A garantia inclui a execução total ou parcial dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da comunicação do fato, sem qualquer ônus para o Município.

11.7. A CONTRATADA poderá subcontratar a entrega do material, após prévia aprovação da CONTRATANTE, não excluindo de qualquer forma parcial ou integral a responsabilidade ou garantia sobre o produto.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do serviço.

13. DA HABILITAÇÃO



13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

13.2. A verificação será realizada mediante consulta consolidada para verificação de impedimentos de licitar ou idoneidade junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), inclusive em nome do sócio majoritário, conforme o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

13.3. Caso conste a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude ou tentativa de burla por meio de vínculos societários ou linhas de fornecimento similares, facultando-se a manifestação prévia do licitante antes de qualquer decisão.

13.4. Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será reputado inabilitado. Em caso de inabilitação, proceder-se-á à nova verificação de empate ficto nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 para aceitação da proposta subsequente.

13.5. Havendo necessidade de envio de documentos complementares para confirmação dos dados exigidos, o licitante será convocado a encaminhá-los em formato digital no prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de inabilitação.

13.6. Não serão aceitos documentos com CNPJ diferentes entre matriz e filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, sejam emitidos apenas em nome da matriz ou quando comprovada a centralização do recolhimento de contribuições (CND e CRF/FGTS).

13.7. A licitante deverá apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado sede da empresa, expedida em até 90 (noventa) dias anteriores à data da abertura da sessão, acompanhada, conforme a natureza jurídica, de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), ou ato constitutivo/contrato social em vigor devidamente registrado.

13.8. No caso de agricultor familiar ou produtor rural, deverá ser apresentada a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP/CAF) válida ou matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI), juntamente com cópia do CPF e RG dos sócios ou dirigentes, admitindo-se o uso de CNH Digital ou autenticação digital.

13.9. A prova de regularidade fiscal e trabalhista será constituída pela certidão conjunta da Fazenda Federal (Dívida Ativa da União e INSS), prova de regularidade com o FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), e certidões de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, além do comprovante de inscrição no CNPJ.

13.10. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a

documentação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem restrições, para fins de assegurar o prazo de regularização previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

13.11. A qualificação econômico-financeira deverá ser comprovada por Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Execução Patrimonial, expedida em até 90 (noventa) dias anteriores à data da sessão. Em caso de recuperação judicial ou extrajudicial, deve-se comprovar o acolhimento judicial do plano conforme a Lei nº 11.101/2005.

13.12. Para a qualificação técnica, será exigida a Certidão de Licença Ambiental de Operação (L.O.) vigente. Se a licença estiver vencida, será aceito o protocolo de renovação desde que realizado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração, nos termos da Resolução CONAMA nº 237/1997.

13.13. Caso o licitante não seja o extrator (mineradora), deverá obrigatoriamente apresentar a Licença Ambiental de Operação da empresa extratora de origem, o contrato social consolidado da referida pedreira e a declaração formal emitida pela extratora garantindo o fornecimento dos materiais para o objeto desta licitação.

13.14. Por fim, deverá ser apresentada a Declaração Conjunta conforme o Anexo VI do Edital, sendo que os documentos que exijam assinatura poderão ser firmados preferencialmente por assinatura digital.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do serviço pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante ou comissão da Secretaria solicitante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

15.1.1. O recebimento do material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da

Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. MEDIDAS ACAUTELADORAS

16.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

17. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Além das sanções previstas na lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

17.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.1.6. Não mantiver a proposta.

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.3. Multa moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, como segue;

17.3.1. Multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item de contrato inadimplida, por dia de atraso no prazo contratual de entrega, limitado a 10% do mesmo valor, por ocorrência;

17.3.2. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item do contrato inadimplida, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” acima e aplicada em dobro na sua reincidência;

17.3.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente, ou deixar de apresentar os documentos exigidos para sua celebração, conforme o caso, no prazo e condições estabelecidas.

17.3.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.3.5. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

17.3.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.4. Também fica sujeito às penalidades da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

17.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

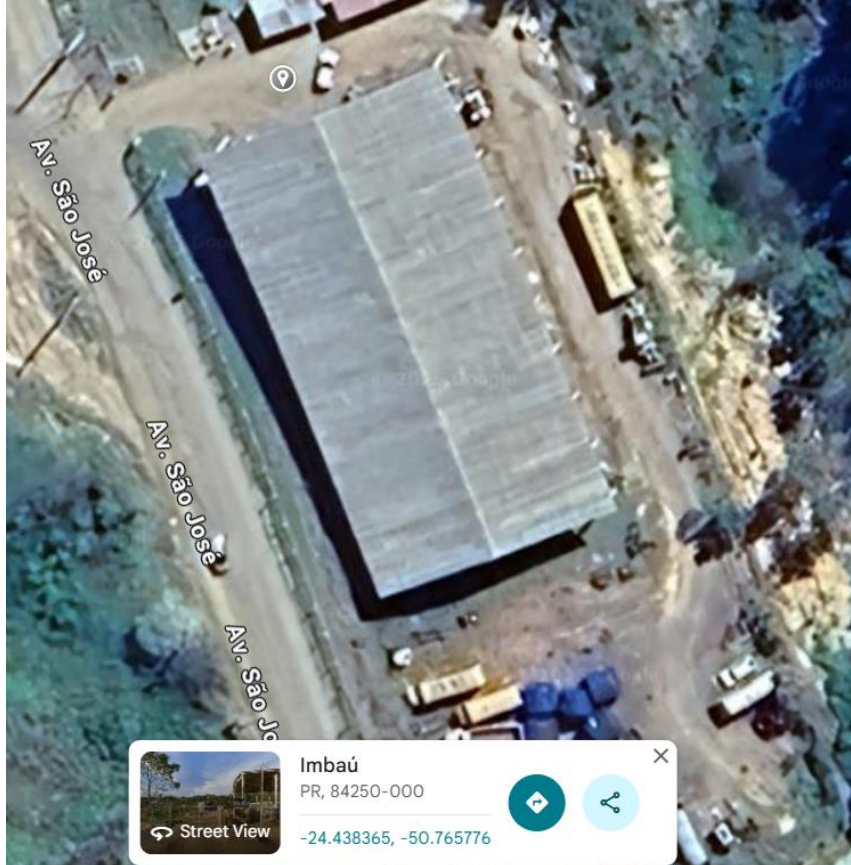
17.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no TCE/PR.

18. LOCALIZAÇÃO

Segue em anexo a localização e coordenada das secretarias

SEC. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Endereço SECRETARIA DE OBRAS AV. SÃO JOSÉ, S/N, VILA JARDIM PRIMAVERA



19. GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

Gestor: Alexandre Afonso da Cruz CPF: 032.150.849-10

Gestor: Erick William da Silva Damaceno CPF: 094.606.969-70

Fiscal: Camila Antunes CPF: 027.700.219-23

Imbaú, 13 de Novembro de 2025.

Emily Schneider de Souza

Responsável pela Elaboração do TR

CPF 152.288.889-69



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para o(s) item(ns) da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 11/2026 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 02 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia (quando for o caso) deverá ser da seguinte forma: Para todos os **Lotes** de no mínimo, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 02, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

ANEXO VI

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prezados Senhores:

O Signatário da presente, (especificar o nome), Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____ Representante Legal, em nome da empresa (especificar o nome da empresa) declara sob as penalidades cabíveis:

(1) Que se sujeita e concorda na íntegra e com todos os termos do Edital da Licitação, bem como às estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos ao presente Edital e com todas as condições jurídicas, técnicas, ambientais, administrativas e financeiras estabelecidas no edital supracitado e demais documentos de licitação.

(2) Que assumiremos inteira responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços contratados.

(3) Que não existe no presente momento fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da empresa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e que esta empresa está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(4) Que cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de Setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;

(5) Que a empresa não foi declarada inidônea por qualquer esfera federativa e nem está suspensa do direito de licitar ou impedida de contratar com o Município de Imbaú/PR, enquanto durarem os efeitos da sanção.

(6) Que assume total responsabilidade pela veracidade de todos os documentos apresentados e informações prestadas e, em qualquer tempo, se compromete a apresentar a documentação, quando a mesma for solicitada pelo Pregoeiro(a) para diligências, e exime o ora Contratante de qualquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar, conforme disposto no Art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

(7) Que, entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis (técnico ou legal) ou componentes do seu quadro funcional, não figura servidor público, funcionário, empregado ou ocupante de cargo comissionado, não se encontram no exercício de cargos ou funções públicas, na Administração Municipal de Imbaú/PR.

(8) Declara cumprir as exigências de reserva de cargos de pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63, IV da Lei Federal 14.133, de 2021.

(9) Que sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que esta empresa é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência no procedimento licitatório – QUANDO FOR O CASO.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE IMBAÚ E
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NOS SEGUINTE
TERMOS:**

CONTRATO Nº XX/XXXX
Ref. XXXX nº XX/XXXX

Por este instrumento de contrato administrativo, que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE IMBAÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.770/0001-72, com sede a Rua Francisco Siqueira Kortz nº 471, São Cristóvão, em Imbaú, Estado do Paraná, CEP: 84.250-000, neste ato representado pela Ilustre Prefeita Municipal Sra. **DAYANE SOVINSKI**, brasileira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.981.982-4-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 036.696.439-90, domiciliada e residente na Rodovia do Café - BR376 (Marginal), Km 383, na Cidade de Imbaú/PR, doravante denominado simplesmente como CONTRATANTE e de outro lado;

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Brasileiro(a), casado(a), portador(a) do CPF nº XXXXXXXXXX e do RG nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliado a , XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, os quais têm justo e contratado o seguinte e que mutuamente aceitam e outorgam e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II).

1.1 O presente Contrato destina-se a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Nos seguintes termos:

Valor do Contrato: R\$ XXXXXXXXXX (xxxxxxxxxx)

Item	Código	Descrição	Unid	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/ Espec
X	X	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	X	X	R\$ XXX	R\$ XXX	X

1.2 Integram este contrato o inteiro teor do Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos: Termo de Referência, Proposta Comercial e Declarações e Minuta de Contrato todos formalizados no xxxx nº xx/xxxx.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias- 1 (um) ano -contados da assinatura deste instrumento, de xx de xxxx de xxxx até xx de xxx de xxxx, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII).

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO.

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V).

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI).

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V).

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do presente contrato.

- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO **(art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total do contrato;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - IV. Multa:
 - V. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida.
 - VI. Moratória de 10% (dez por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - VII. O atraso superior a 90 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) As peculiaridades do caso concreto;
 - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

05.002.15.452.0004.2.050.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

05.002.15.452.0004.2.052.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

06.002.15.452.0004.2.056.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos



de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Telêmaco Borba/PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Imbaú, XX de XXXXX de XXXX.

DAYANE SOVINSKI
Prefeita Municipal

CONTRATADA

Gestor: _____

XXXXXXXXXXXXX
Secretário Municipal de

Fiscal: _____

XXXXXXXXXXXXX
Secretaria de

Testemunhas:

Testemunhas:

1 – _____

2- _____

MARLI TEREZINHA MARCONDES TEIXEIRA
RG Nº 4.533.931-x

JOVANA MATOSO RODRIGUES BETIM
RG Nº 10.701.460-x

DR. EMERSON RODRIGO R. MARTINS
OAB/PR 92.828
Procurador